

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016. (Em R\$ mil)**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional – CMN (Os pronunciamentos técnicos citados no texto dos CPC's a seguir, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados): CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2017, data de encerramento do semestre e comparadas com o mesmo período de 2016.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as demonstrações financeiras da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado; as Provisões para Perdas com Operações de Créditos são calculadas conforme normas específicas do Banco Central. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Ativos e Passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

e) Ativo Permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso (nota 4.4), **(EM R\$ MIL)**;

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº

12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Caixa e equivalente de caixa

são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e Equivalente de Caixa	9.775	9.054
Disponibilidades	4	1
Títulos e Valores Mobiliários	9.771	9.053
Cotas de Fundos de Investimentos - Circulante	9.458	8.776
Cotas de Fundos de Investimentos - Não Circulante	313	277

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Prazos	30/06/2017		30/06/2016	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2018	313	16	277	17
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	9.458	505	8.776	497
Total		9.771	521	9.053	514

O valor de R\$ 313 MIL registrados em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 36 títulos, com vencimento em 01 de março de 2018. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 9.458 MIL em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 5,27% correspondente a 94% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

a) Composição por atividade econômica:

	<u>30/06/2017</u>			<u>30/06/2016</u>		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	4.374	2.330	6.704	4.998	5.944	10.942
Agronegócio	1.402	215	1.617	1.407	1.329	2.736
Pessoa Física	-	-	-	1.231	1.694	2.925
Microcrédito	476	112	588	-	-	-
Turismo	207	234	441	-	-	-
Total	6.459	2.891	9.350	7.636	8.967	16.603

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2017		30/06/2016	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	1.222	14	4.052	24
B	15 e 30 dias	2.450	26	3.755	23
C	31 e 60 dias	2.659	28	5.542	33
D	61 e 90 dias	1.038	11	761	5
E	91 e 120 dias	1.017	11	444	3
F	121 e 150 dias	16	-	152	1
G	151 e 180 dias	252	3	4	-
H	Acima de 180 dias	696	7	1.893	11
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		9.350	100	16.603	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2017		30/06/2016	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
A	1.222	-	4.039	13
B	2.229	221	3.616	138
C	1.901	758	5.072	470
D	-	1.038	666	95
E	10	1.007	395	48
F	5	11	136	17
G	-	252	1	4
H	35	661	1.349	544
TOTAL	5.402	3.948	15.274	1.329

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2017		30/06/2016	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	1.222	6	4.052	20
B	1	2.450	24	3.755	38
C	3	2.659	80	5.542	166
D	10	1.038	104	761	76
E	30	1.017	305	444	133
F	50	16	8	152	76
G	70	252	177	4	3
H	100	696	696	1.893	1.893
TOTAL		9.350	1.400	16.603	2.405

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo no Início do Período	2.405	756
Constituição da Provisão	4.949	3.209
Créditos Baixados como Prejuízo	592	177
Reversão de Provisão	5.362	1.383
Saldo no Fim do Período	1.400	2.405

f) Créditos renegociados

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Renegociação	57	491

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo no Início do Período	2.175	2.436
Créditos baixados como prejuízo	592	177
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	611	438
Descontos	75	-
Saldo no Fim do Período	2.081	2.175

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 – Outros Valores e Bens

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
OUTROS VALORES E BENS	4.204	56
<u>Bens não de uso próprio</u>	4.144	0
Imoveis	4.144	0
Material em Estoque	58	54
Despesas antecipadas	2	2

Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação e pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil).

Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil).

4.4 - Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

R\$ Mil

Descrição	Móveis e Equipamentos de Uso	Instalações	Sistema de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	TOTAL
Custo							
em 31 de dezembro de 2016	489	350	66	336	1	209	1.452
Adições	0	0	0	8	0	0	8
(-) Baixas	0	0	0	0	0	0	0
em 30 de junho de 2017	489	350	66	344	1	209	1.460
Depreciação Acumulada							
Taxa de Depreciação anual	10%	10%	10%	20%	10%	20%	
em 31 de dezembro de 2016	(297)	(50)	(47)	(285)	(1)	(44)	(724)
Depreciação Semestral	(15)	(18)	(3)	(7)	(0)	(21)	(63)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0	0	0	0
em 30 de junho de 2017	(311)	(67)	(50)	(292)	(1)	(65)	(787)
Valor Contábil em 30 de junho de 2017	178	283	16	52	0	144	673
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2016	193	300	19	51	0	165	728
Valor Contábil em 30 de Junho de 2016	207	317	22	43	0	186	775

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
em 31 de dezembro de 2016	269	269
Adições	174	174
(-) Baixas	-	-
em 30 de junho de 2017	<u>442</u>	<u>442</u>
Amortização Acumulada		
Taxa de Depreciação anual	20%	
em 31 de dezembro de 2016	(135)	(135)
Amortizações semestral	(72)	(72)
(-) Baixas Depreciação	-	-
em 30 de junho de 2017	<u>(207)</u>	<u>(207)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2017	236	236
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2016	134	134
Valor Contábil em 30 de Junho de 2016	143	143

5 - PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais que são nosso caso. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasse são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

Descrição BNDES	<u>30/06/2017</u>			<u>30/06/2016</u>		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Taxa Média – 5%a.a						
Prazo Médio – 5 anos						
Recurso do BNDES						
BNDES – FINAME Comércio e Serviço	12	-	12	14	-	14
BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão	-	-	-	21	22	43
Total	12	-	12	35	22	57

6 - PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito é R\$ 26.823 mil e integralizado é de 26.789 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	26.823.127,62	26.788.847,14	34.280,48

7 - RECEITAS

A composição das receitas do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	2017	2016	Variação	
			R\$ Mil	%
Rendas de Operações de Crédito	1.100	1.940	-840	-43
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	522	513	-9	-2
Rendas de Prestação de Serviços	26	28	-2	-7
Outras Receitas Operacionais	817	810	7	1
RECEITAS TOTAIS	2.465	3.291	-826	-25

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras rendas Operacionais.

8 - DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	2017	2016	Variação	
			R\$ Mil	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	591	2.148	-1.557	-72
Pessoal e Honorários	1.414	1.547	-133	-9
Outras despesas administrativas	1.155	1.211	-56	-5
Tributárias	129	123	6	5
Outras despesas operacionais	384	30	354	1.180
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
DESPESAS TOTAIS	3.673	5.059	-1.386	-27

9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 - RESULTADO DO PERIODO

No 1º Semestre as receitas totalizaram R\$ 2.465 mil, apresentando uma redução de 25% sobre o mesmo período do semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 3.673 mil com uma redução de 27% em comparação com o semestre anterior.

	2017	2016
Resultado do Semestre	(1.208)	(1.768)

11 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2017, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.024 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.439 mil, o que propiciará

intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

14 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 41 funcionários, sendo 38 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 3 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

15 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

16 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

Risco Operacional

A Agência de Fomento possui política de riscos e controles internos, a qual trata dos modelos de gerenciamento de riscos operacionais, de mercado, de liquidez e crédito. Sendo o Risco Operacional a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes, falhas nas operações da empresa, ou sistemas, bem como de eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. A Agência de Fomento adotou conforme esta descrita na Circular do BACEN n.º 3.640/2013, art. 8º, parágrafo único, inciso IV, a metodologia de Abordagem do Indicador Básico (BIA) ou Simplificada, considerando a sua compatibilidade com os produtos, serviços, atividades, processos e sistemas trabalhados na Instituição.

Risco de Mercado

Possibilidades de perdas ocasionadas por movimentos adversos nos valores de mercado dos ativos e passivos, causadas por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. As Operações de Crédito foram todas pré-fixadas e por isso alocadas as vértices com base em indicadores históricos da Selic-Pré e calculado o VAR com a Volatilidade-Padrão das séries temporais PJUR1 do BACEN.

Além disso, ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

Gerenciamento de Capital

A Agência de Fomento possui política de gerenciamento de capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.988/2011 e com suas respectivas atualizações e normas complementares.

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;

III – planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal n.º 9.613/1998 com redação da Lei N.º 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN n.º 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, bem como de estabelecer a competência

e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

Palmas, 07 de Agosto de 2017.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR

Diretor-Presidente

MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA

Diretor Operacional e Diretor Administrativo-
Financeiro em Exercício

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O